



TECNOLOGIA ASSISTIVA E A PRODUÇÃO DE RECURSO DE ACESSIBILIDADE SOBRE AS POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: UMA EXPERIÊNCIA DE ACADÊMICAS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFOPA.

Kédna Pinheiro Vieira¹
Patrícia de Sousa Pereira²
Kássya Christinna Oliveira Rodrigues³

Categoria: Comunicação oral

Eixo Temático/Área de Conhecimento: Tecnologia Assistiva e Educação Especial

RESUMO: Este estudo versa sobre tecnologia assistiva com produção de recurso de acessibilidade com formato audiovisual com tela tradutora em libras para ser trabalhado com a comunidade da Educação Básica do município de Santarém-PA, nele elabora-se um breve histórico das políticas da Educação Especial traçando desde a política de integração à de inclusão social e escolar de PNEES. Como problemática de investigação questiona-se: como produzir um recurso de acessibilidade lúdico sobre a política da Educação Especial que atenda a comunidade da Educação Básica? Entre os objetivos buscou-se: evidenciar as principais políticas da Educação Especial; desenvolver um recurso de acessibilidade lúdico sobre inclusão às PNEEs. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica em que se realiza o levantamento de autores que discorrem sobre o histórico da educação especial, problematizam a política de integração e da inclusão, além da legislação da educação especial vigente no Brasil. Entre os resultados verificou-se que o recurso de acessibilidade produzido facilita a compreensão da política da educação especial para as PNEEs; o material pode auxiliar os profissionais da Educação Básica para discutir sobre o processo de

¹ Kédna Pinheiro Vieira. Graduada do curso de Licenciatura plena em Pedagogia (UFOPA). E-mail: kpinheirovieira1729@gmail.com

² Patrícia de Sousa Pereira. Graduada do curso de Licenciatura plena em Pedagogia (UFOPA). E-mail: patysouza-12@hotmail.com

³ Kássya Christinna Oliveira Rodrigues. Graduada em Pedagogia, Mestre em Educação (UFOPA). E-mail: kassyao@yahoo.com.br.



inclusão/exclusão social e escolar das PNEEs, e para lidarem com a inclusão neste nível de ensino.

Palavras- chave: Tecnologia Assistiva. Políticas da Educação Especial. Inclusão/exclusão social e escolar de PNEEs.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa possibilitou o estudo da tecnologia assistiva através da construção de um recurso de acessibilidade no formato de um vídeo lúdico com tela de tradução em LIBRAS que problematiza as políticas da Educação Especial, destacando a de integração e a de inclusão social e escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais, doravante PNEEs.

Este desafio foi proposto no componente curricular “Legislação aplicada a Educação Básica” no segundo semestre letivo, ano de 2016, tendo ao final do curso a produção de um recurso de tecnologia assistiva para as PNEEs inseridas na educação básica. Desse modo, atende numa linguagem acessível, mas não simplista, às PNEEs, bem como os demais alunos da escola e professores da rede educacional básica do ensino.

Como problemática de investigação levantou-se a seguinte questão: como produzir um recurso de acessibilidade lúdico sobre a política da Educação Especial que atenda à PNEE incluída na da Educação Básica? Entre os objetivos destacam-se: produzir um recurso de tecnologia assistiva que permita a compreensão das políticas da Educação Especial por meio de um recurso acessível e lúdico com mídia audiovisual, às PNEEs e demais sujeitos incluídos na educação básica; identificar as principais políticas da Educação Especial; elaborar um recurso de acessibilidade que problematize o processo de inclusão/exclusão social e escolar de PNEEs na educação básica.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica que possibilitou a produção de um recurso de acessibilidade que garanta as PNEEs, demais estudantes incluídos

na educação básica e profissionais que atuam neste nível de ensino, a compreensão da política da Educação Especial através de material acessível. Realizou-se o levantamento bibliográfico com autores que discorrem sobre o histórico da Educação Especial, a política da educação especial, os processos de inclusão/exclusão de PNEEs, bem como a tecnologia assistiva e recursos de acessibilidade. Mazzotta (2011), Jannuzzi (2012), Oliveira (2004), Bersch (2013), Vagula e Vedoato (2014). Para produção do recurso de acessibilidade houve a necessidade de se realizar ainda a leitura e a apropriação do campo da legislação da Educação Especial brasileira.

O presente artigo está estruturado com um breve apanhado sobre as políticas da Educação Especial, enfatizando as políticas de integração e inclusiva; discorre ainda sobre o conceito de tecnologia assistiva e recursos de acessibilidade; apresenta como se produziu o recurso de acessibilidade para a compreensão da política da Educação Especial pelas PNEEs e a comunidade inserida na educação básica, seguido das considerações e as referências apropriadas neste estudo.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para o levantamento de informações utilizou-se pesquisa bibliográfica qualitativa, que pudesse possibilitar a produção de material didático, trazendo como método a abordagem histórica, desenvolvida em quatro etapas: 1ª etapa-pesquisa bibliográfica; 2ª etapa-estudo e discussão de caso; 3ª etapa-análise e interpretação dos dados e 4ª etapa-produção do texto. Para a produção

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

EDUCAÇÃO ESPECIAL: POLÍTICA DA INTEGRAÇÃO SOCIAL

A história do deficiente no Brasil não é uma das mais belas, perpassa pela inserção da PNEEs em lugares que disponibilizavam tratamentos desumanos até a luta atual da inclusão das PNEEs no sistema geral de educação (JANNUZZI, 2012).

Por volta da década de 60, surgiram as políticas de integração, a qual o indivíduo tinha que se enquadrar ao sistema geral de educação, a pessoa que possuía alguma deficiência tinha que se adaptar a escola comum e tentar seguir o ritmo empregado nas salas de aula junto com as pessoas consideradas “normais” (JANNUZZI, 2012). Neste contexto a pessoa com deficiência era forçada a se enquadrar ao sistema regular de ensino, quando não conseguia se aproximar dos padrões de normalidade transitava entre as classes comuns e as especiais.

A Lei de Diretrizes e Base de 1961 reafirmou o que já era prática, como mostra o Art. 88 “A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade”. A política de integração, propunha um padrão terapêutico da existência a uma política que integra pessoas com necessidades educacionais especiais ao ensino regular, tendo como base a análise clínica e psicopedagógica do aluno. No entanto, essa integração era um tanto quanto excludente, pois o aluno deveria se adaptar para permanecer. Como relata Oliveira (2004, p.65) “O princípio que orienta essa política de ‘integração’ é o da ‘normalização’: possibilitar o acesso (seletivo) ao ensino regular às pessoas com necessidades especiais consideradas psicopedagogicamente ‘educáveis’”.

Em 1964, houve o Golpe Militar, nesse período alguns registros, associações, movimentos, sindicatos desapareceram, dentre eles os que lutavam pelo melhoramento da educação do deficiente no Brasil. Todos os movimentos que surgiram nesse período ainda tinham uma perspectiva de integração.

Nos anos 70, foi organizado, pela primeira vez, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, que estabeleceu metas para desenvolver essa educação. O Decreto de nº 72.425, de 03 de julho de 1973 afirma que:

Art. 2º O CENESP atuará de forma a proporcionar oportunidades de educação, propondo e implementando estratégias decorrentes dos princípios doutrinários e políticos, que orientam a Educação Especial no período pré-escolar, nos ensinos de 1º e 2º graus, superior e supletivo, para os deficientes da visão, audição, mentais, físicos educandos com

problema de conduta para os que possuam deficiências múltiplas e os superdotados, visando sua participação progressiva na comunidade.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação de nº 5.692 de 1971, ao ensino de 1º e 2º graus, o Art. 1º anunciava que o objetivo geral da educação era “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”.

Em 1985, o Golpe militar chegou ao fim, no Brasil, e a luta pela redemocratização ganhou força, em 05 de outubro de 1988, foi promulgada a Constituição Federal do Brasil, garantindo a Educação para todos, priorizando a entrada da criança com deficiência na escola e disponibilizando um auxílio financeiro para as pessoas com deficiência e os idosos que não possuíam meio para seu sustento. (Art. 203, inciso V).

Nos anos 90, dois acontecimentos internacionais deram impulso as políticas da Educação Inclusiva no Brasil, o primeiro foi a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien na Tailândia, que chamou a atenção para o grande número de crianças, adolescentes e jovens sem escolarização, tendo como objetivo provocar transformações nos sistemas de ensino e garantir acesso e permanência de todos na escola; o segundo foi a Declaração de Salamanca, documento aprovado na Espanha, em 1994, servindo de estopim para o avanço das políticas inclusivas, visava alertar a sociedade que as pessoas com deficiência necessitavam de uma atenção especial na sua aprendizagem. Os alunos PNEEs não precisavam mais se enquadrar ao Sistema de Educação, novos modos foram criados para incluir esses alunos (MAZZOTTA, 2011).

EDUCAÇÃO ESPECIAL: POLÍTICA DA INCLUSÃO

A política da inclusão pressupõe que as PNEEs sejam atendidas preferencialmente na educação geral, implica ainda em modificações da escola

(estrutura, metodologias, recursos pedagógicos, acessibilidade...) para o acolhimento da PNEEs “a educação inclusiva desloca o enfoque individual, centrado no/a aluno/a, para a escola, reconhecendo no seu interior a diversidade de diferenças: individuais, físicas, culturais e sociais, [...]” (OLIVEIRA, 2004, 71), reconhecendo PNEEs de forma integral.

A educação especial passou então a ser inserida na educação geral, onde todos aprendem juntos e convivem com as especificidades de cada um, remete-se então uma nova política educacional:

No Brasil, a educação inclusiva está presente como política educacional, no Documento Política Nacional de Educação Especial de 1994, e em outros textos oficiais inclusive nos documentos dos Fóruns de Educação Especial das Instituições de Ensino Superior, promovidos pela secretaria de Educação Especial do MEC (OLIVEIRA, 2004. 71).

A LDB de 1996 propõe que a educação é “dever da família e do Estado” e assegura a Educação Especial como umabbbbbbb modalidade de ensino que deva ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, garante ainda atendimento educacional especializado para a PNEE. Sendo-lhe garantida duas matrículas na educação básica.

A Priori, a exclusão de PNEEs era notória no sistema de integração, se fazia então necessário que a escola abrisse espaço de fato para todas as diferenças discriminadas nas categorias das deficiências “pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” fossem compreendidas. Quando a política de inclusão se insere no sistema educacional se dá a partir do documento chamado: Adaptações curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais, no ano de 1998. Esse documento foi apresentado como ações concomitantes entre as secretarias: de Educação Fundamental, Educação Especial, além de componente dos conjuntos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, sendo desta forma inserida na concepção de escola integradora que era defendida pelo Ministério da Educação. Como percebemos o termo inclusão até o momento não era utilizado.

[...] O conceito de 'inclusão' aparece nos pressupostos da *educação para todos e da educação especial*. Esta não faz parte do esquema da estrutura dos Parâmetros Curriculares, sendo apresentada, no documento, como uma 'modalidade', com o significado de uma ação transversal, ou seja, a que atravessa todos os níveis de ensino (OLIVEIRA, 2004. 60-61).

Nessa política se fazia notório o caráter assistencial e terapêutico da educação especial que vai permanecer até o ano de 1990, quando um documento oficial do MEC, passa a considerar a educação especial enfim vinculada ao contexto da educação para todos, interpretada num conceito de educação escolar. (OLIVEIRA, 2004).

Segundo Santos (2008), é pela política de inclusão que se assegura ou se faz refletir possibilidades “para minimizações do processo de exclusão no âmbito educacional e social”, ou seja, através da política de inclusão, a evasão escolar diminuiria e a sociedade também passaria por mudanças.

A Educação Especial é uma modalidade de educação, ou seja, um modo de se fazer educação com as PNEEs. A Lei de Diretrizes e Base da Educação de 1996 traz uma nova roupagem para essa modalidade, dentre elas a garantia de ingresso das pessoas com deficiência no ensino regular e o atendimento educacional especializado – AEE oferecido aos alunos que possuem alguma necessidade educacional especial. Como propõe o Art. 2º da Resolução nº4, de 2 de outubro de 2009:

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

O AEE pode ocorrer na escola em que a PNEEs está incluída, em outra escola da rede ou em centros de atendimento especializado. Há que se assegurar um atendimento que considere, de fato, as especificidades do aluno. Na escola, entendendo as carências de dentro da sala de aula, o professor está para facilitar a

aprendizagem de todos. Porém, o aluno com deficiência deve contar com a colaboração de um profissional especializado que o acompanhe no ensino regular, de acordo com suas necessidades. (Art.24 do Decreto 6.949/09).

Materiais didáticos adaptados podem ser produzidos por profissionais da educação, que estão preocupados com a problemática da inclusão/exclusão social e escolar de PNEEs, para sensibilizar a comunidade escolar, para que esta volte seu olhar para as políticas inclusivas, que são direitos das pessoas com deficiências, e a partir desse conhecimento, reivindicar tais direitos.

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

Outrora, a escolarização era estereotipada para um aluno ideal, que se encaixasse em todos os parâmetros do sistema geral de educação, após muitas lutas esse processo começou a mudar. A escolarização na contemporaneidade dispõe de outros métodos, com a ajuda de organizações e associações que pensam e lutam por uma educação melhor. (BERSCH; MACHADO, 2012)

Inúmeros movimentos foram e são despertados no mundo em favor da inclusão e em defesa do futuro dos jovens e crianças, por meio da educação. Tais movimentos agregaram à Educação Especial e Inclusiva uma série de justificativas para suas lutas atuais.

A inclusão escolar denuncia o esgotamento das práticas da escola comum, com base no modelo transmissivo do conhecimento, na espera pelo aluno ideal, na padronização dos resultados esperados pela avaliação classificatória, no currículo organizado de forma disciplinar e universal, na repetência, na evasão, nas turmas organizadas por série, enfim, em tantos outros elementos que compõem o universo das práticas escolares (BERSCH; MACHADO, 2012, p.77).

As autoras problematizam a necessidade de se rever a escola que temos, pois ela não dá conta de atender sequer os estudantes que não apresentam NEEs. O modelo de escola vigente busca docilizar os corpos dos alunos, controlá-los

(FOULCALT, 1987). Não sabe lidar com as diferenças, pois padroniza, silencia e aliena.

Diante das reflexões tecidas acima se compreende que a escola ratifica as dificuldades dos alunos em detrimento de suas capacidades, em se tratando da pessoa com deficiência, esta situação é agravada. Naturaliza-se que a PNEEs não é capaz de realizar as atividades propostas em sala de aula, assim esta é limitada à sua deficiência. Há que se realizar o olhar para as possibilidades da PNEEs, este pressupõe o primeiro passo para o processo de inclusão.

Ao se deparar com PNEEs deve-se olhar, inicialmente, para as suas possibilidades funcionais, de comunicação e de aprendizagem, para que a partir de suas possibilidades haja o seu desenvolvimento integral. Deve-se refletir: quais as funções esse aluno consegue dentro da sua deficiência? Qual tipo de comunicação pode-se estabelecer com ele? O que esse aluno está assimilando? (VAGULA; VEDOATO,2014).

Após tais questionamentos ficará claro que apesar de uma ou mais deficiências, a PNEEs é um ser de possibilidades, basta abrir mão dos conceitos pré-formados e “deformados” sobre as PNEEs. O professor tem um papel imprescindível neste processo, podendo auxiliar seu aluno, assegurando o aprendizado e respeitando sua deficiência ou limitação, sem deixar de enxergar as possibilidades. Cabe ao professor ainda, buscar arsenais de recursos que facilitem e tornem possível as atividades educativas com o educando. Neste contexto:

A Tecnologia assistiva – TA é um termo utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, conseqüentemente, promover vida independente e inclusão (BERSCH; MACHADO,2012, p.80).

Para que haja um desenvolvimento pleno das PNEEs, é necessário que elas estejam em processo de inclusão escolar, com adaptações na estrutura física da instituição e auxiliada por uma suplementação curricular, disponibilizada pelo

Atendimento Educacional Especializado – AEE (BERSCH; MACHADO, 2012) que possui como objetivo fundamental a participação das PNEEs nas atividades da escola, auxiliadas pelas tecnologias assistivas (BERSCH; MACHADO, 2012).

Atividades diárias como: manusear talheres, cortar papel, escrever, segurar um objeto, entre outras podem ser facilitadas por materiais e produtos produzidos de maneira simples. Também pode ser entendida por tecnologia qualquer adaptação que torne a vida da pessoa com deficiência mais prática (BERSCH, 2013). Porém, o que seria considerado tecnologias assistivas? O conceito da mesma deve estar internalizado pelos profissionais inseridos na educação básica de modo que sua utilização seja melhor apropriada pelas PNEEs. Segundo Bersch (2013):

A TA deve ser entendida como o ‘recurso do usuário’ e não como ‘recurso do profissional’. Isto se justifica pelo fato de que ela serve à pessoa com deficiência que necessita desempenhar funções do cotidiano de forma independente. Por exemplo: [...] a cadeira de rodas é de quem possui uma deficiência física e com este recurso chega aos lugares que necessita [...] (BERSCH, 2013, p.11).

Os recursos só serão considerados TAs se forem acessíveis para as PNEEs, se não atenderem as necessidades e possibilitarem o maior número de atividades ao indivíduo, será somente mais um recurso tecnológico que facilita a vida de todos.

TECNOLOGIA ASSISTIVA: A PRODUÇÃO DO RECURSO DE ACESSIBILIDADE EM FORMA DE MATERIAL AUDIOVISUAL PARA A INCLUSÃO DE PNEES

Nesta sessão discorre-se sobre o desafio da elaboração de recurso de acessibilidade lúdico com a mídia audiovisual e com tela de tradução em LIBRAS. O produto constitui-se de um vídeo que retrata um teatro de sombras. Neste são problematizados as políticas que circunscrevem a Educação Especial com um recorte temporal da década de 1960. Desse modo, são tratadas as políticas de integração e a de inclusão de PNEEs na educação brasileira.

A produção do recurso de acessibilidade lúdico acessível às PNEEs não foi fácil, visto que houve a necessidade da apropriação de um campo de leitura da educação especial, bem como de sua legislação. Outro momento da pesquisa nos permitiu traduzir as leituras realizadas numa linguagem em que as PNEEs pudessem compreender o conteúdo abordado numa narrativa simples, mas não simplista do campo das políticas e da legislação da Educação Especial no Brasil.

Assim, inicialmente foi construída uma narrativa, traçando um breve histórico da educação especial, desde os descasos que aconteciam com as PNEEs. Destacou-se a política de integração até as conquistas legais com a política de inclusão. A opção de produzir um recurso de acessibilidade retratado por um teatro de sombras deu-se por se considerar a estratégia interessante, de uma comunicação lúdica e que atrai pessoas de todas as idades.

Realizou-se a confecção das silhuetas dos personagens e objetos em papel cartão com o suporte de palitos de madeira. Para a gravação do recurso de acessibilidade, cobriu-se uma tela em madeira com TNT branco e com a lanterna de um aparelho celular fez-se o efeito para as sombras. Após esse processo houve a gravação do áudio, com as vozes das discentes. Houve também a gravação em vídeo da narrativa traduzida para LIBRAS para que o sujeito surdo também se apropriasse do conteúdo. E por fim a edição.

O desafio, de produzir um recurso de acessibilidade lúdico em forma de vídeo, foi proposto para discentes da turma de Pedagogia (2016) da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, do Instituto de Ciências da Educação – ICED, campus de Santarém – PA, no componente curricular de “Legislação na Educação Básica”. O recurso tecnológico de baixo custo orienta sobre os processos de inclusão/exclusão social e escolar por que passaram as PNEEs e as perspectivas que este segmento social têm conquistado em sua trajetória de luta.

O produto de tecnologia assistiva foi apresentado em um seminário de Política e Legislação Educacional no corrente ano, no qual sofreu algumas alterações resultando em um produto acessível para as PNEEs, demais estudantes e profissionais da educação básica que atuam com PNEEs com o AEE, bem como com profissionais que desenvolvem suas atividades educativas nas classes comuns. Pretende-se disponibilizar esse recurso para as Secretarias Estadual e Municipal de Santarém.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se pensou na produção de um recurso acessível sobre as políticas da Educação Especial no Brasil, objetivou evidenciar essas políticas e desenvolver um recurso de acessibilidade lúdico sobre inclusão acessível às PNEEs.

Ao longo do processo de construção tivemos ricas contribuições de níveis profissional, acadêmico e pessoal, nos levando a entender algumas questões que nos desafiaram à por em prática o exercício da ação-reflexão-ação (práxis) sobre o nosso fazer como futuras profissionais da educação.

A problemática deste artigo foi: como produzir um recurso de acessibilidade lúdico sobre a política da Educação Especial que atenda a comunidade da Educação Básica? Através do levantamento de dados, passamos a conhecer o processo de inclusão/exclusão e levar este material como subsídio em nossas atuações.

Percebe-se que com toda a trajetória da Educação Especial ainda há muito o que se fazer, visto que se percebe um hiato entre o campo da legislação e das práticas com as PNEEs. Pudemos refletir durante a pesquisa sobre a importância da TAs, compreendendo que esta possui um papel fundamental para a promoção e desenvolvimento da autonomia de PNEEs.

REFERÊNCIAS

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre – RS. 2013

BESRCH, Rita; MACHADO, Rosângela. **Atendimento Educacional Especializado: Contribuições para a Prática Pedagógica**. In. SILUK, Ana Cláudia Pavão. (Org.) **Tecnologia Assistiva – TA: Aplicações na Educação**. 1.ed. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 2012. p. 77 – 109.

BRASIL, **Constituição (1988)**. Constituição da república Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1993.

BRASIL. **LEIS de Diretrizes e Bases- Lei Nº 9394/96**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República. Casa Civil, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm > Acesso em: 30 jun.2017.

BRASIL. **Decreto Nº 6949/09**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Presidência da República. Brasília: Casa Civil, 2009. Disponível em:<https://googleweblig.com/?lite_url=https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/818741/decreto-6949-09&ei=l5ZD4SCW&lc=pt-BR&s=1&m=899&host=www.google.com.br&ts=1500671436&sig=ALNZjWnZH6BnHPDQID65Q-j1RbAIFS0zdw > Acesso em: 30 jun. 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 1971**. Presidência da República. Brasília: Casa Civil, 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752publicacaooriginal-1-pl.html> > Acesso em: 30 jun. 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases- Lei Nº 4024 de 20 de dezembro de 1961**. Presidência da república. Brasília: Casa Civil, 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024=20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> > Acesso em: 30 jun. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis, Vozes, 1987.

**IV CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
18 a 20 de outubro de 2017 – UNIFESSPA/Marabá-PA
ISSN 2526-3579**

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A Educação do deficiente no Brasil** dos primórdios ao início do século XXI. 3. ed. rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

KASSAR, Mônica de Carvalho M. Uma Leitura da Educação Especial no Brasil. In: GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa (Orgs.). **Caminhos Pedagógicos da Educação Especial**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.p.19-42.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: Histórias e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Saberes, imaginários e representações na Educação Especial: a problemática ética da diferença e da exclusão social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ROGALSKI, Solange Menin. História do Surgimento da Educação Especial. **Revista de educação do Ideau**. V. 5, n, 12, jun/dez. 2010. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&q=Hist%C3%B3rico+do+surgimento+da+educa%C3%A7%C3%A3o+Especial+&btnG=&Lr=>> Acesso em: 30 jun. 2017.

SANTOS, Júlia Maria F. dos. Dimensões e diálogos de exclusão: um caminho para a inclusão. In: SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira (Orgs.). **Inclusão em Educação: Culturas, Políticas e Práticas**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 18.

VAGULA, Edilaine; VEDOATO, Sandra Cristina Malzinoti. **Educação Inclusiva e Língua Brasileira de Sinais**. Londrina: Unopar, 2014.